MENSAGEM Nº 09, DE 10 DE MARÇO DE 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais Vereadores da

Câmara Municipal de Quitandinha – PR.

Apresentando-lhe meus cumprimentos de estilo, valho-me da presente Mensagem para encaminhar a esta Colenda Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei com o objetivo de proceder a pontuais modificações na estrutura de cargos de provimento em comissão e de funções gratificadas de modo a se adequar à estrutura organizacional que se pretende ao nosso Município.

Destaco que este novo Projeto de Lei representa um aprimoramento no modelo inicialmente proposto por meio do Projeto de Lei 1/2025, segregando o desenho institucional (que é objeto de outro Projeto de Lei) da composição dos quadros de servidores e de funções de gerência, direção, chefia e assessoramento. Há maior racionalidade, pensando, sobretudo, em longo prazo, quando, eventualmente, os gestores poderão concluir pela necessidade de nova abordagem.

Não há, portanto, a reapresentação do Projeto de Lei 1/2025, retirado de tramitação a pedido do Poder Executivo, mas sim de um novo Projeto, mais enxuto e objetivo.

Assim, este Projeto trata da criação da adequação da legislação pertinente e a criação novos cargos compatíveis com nova estrutura organizacional da Administração proposta.

Com a presente norma, será possível a consolidação das diversas alterações legislativas havidas nos últimos anos de criação, extinção e modificação de cargos. Também, representa melhor sistematização – com a adoção de simbologia

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.

adequada – proporcionando maior transparência e viabilizando melhor controle. Privilegia-se, ademais, a impessoalidade e a eficiência, evitando a "adjetivação" de cargos.

Permite-se, assim, maior fluidez estrutural para eventual necessidade de reforço em determinada pasta, além de garantir maior eficiência administrativa, evitando ociosidade ou, até mesmo, desvio de atribuições.

Esta mesma lógica é aplicada aos cargos de gerentes, que deixam de ser adjetivados e direcionados a programas específicos (o que, não raro, se mostra improdutivo) para serem qualificados como gerentes executivos, passando a atuar de forma mais ampla e livre na execução das atividades e atribuições das respectivas pastas.

É de se destacar que a criação dos cargos ora proposta observa os ditames estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas de regência atinentes à matéria, sobretudo aquelas de natureza orçamentária.

Com a autorização desta casa de Leis para a criação dos cargos, oportunamente serão feitos os ajustes necessários nas leis orçamentárias.

Nestas condições, contamos com a aprovação da proposição anexa, requerendo ainda que a tramitação do presente projeto seja em **regime de urgência especial** conforme art. 121, do Regimento Interno desta Câmara Legislativa Municipal, haja vista a necessidade de que a validade da futura lei seja aplicada na folha de pagamento dos servidores no mês de junho, **inclusive com a convocação de sessões extraordinárias**; colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se mostrarem necessários.

Gabinete do Prefeito do Município de Quitandinha, em 10 de março de 2025.

José Ribeiro de Moura

Prefeito Municipal

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.

PROJETO DE LEI Nº 09, DE 10 DE MARÇO DE 2025.

Dispõe sobre o quadro de pessoal e a responsabilização de agentes públicos da Administração Pública Municipal de Quitandinha e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Quitandinha faz saber que a Câmara Municipal de Quitandinha aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **Lei**:

Art. 1º Para o desempenho das atividades pertinentes aos órgãos que integram a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal, ficam criados:

I – 01 (um) Cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Ambiental, Conservação e Sustentabilidade;

II – 01 (um) Cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Comunitário, Cultura, Esporte e Turismo;

III – 01 (um) Cargo de Diretor de Frota e Transporte Escolar;

IV – 01 (um) de Diretor de Frota e Transporte de Pacientes;

V – 02 (dois) Cargos de Gerente Executivo;

VI – 09 (nove) Cargos de Diretor-Geral de Departamento;

VII – 02 (dois) Cargos de Assessor de Secretário; e

VIII – 03 (três) Cargos de Diretor de Departamento.

Art. 2.º Fica renomeado o cargo de Assessor de Assuntos Comunitários para Diretor de Departamento.

Art. 3.º Ficam renomeados os cargos de Gerente de Manutenção de Equipamentos Rodoviários, Gerente de Programas Sociais, Gerente do Departamento de Desenvolvimento Rural; Gerente de Programas da Saúde, Gerente de Programas Educacionais e Gerente do Departamento de Esportes em 06 (seis) Cargos de Gerente Executivo.

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.

Art. 4. Fica modificado o art. 23 da Lei Municipal 1223/2021 que passará a viger com a seguinte redação:

.....

Art. 23. *Fica criado o cargo em Comissão de Ouvidor-Geral do Município de Quitandinha, enquadrado no nível remuneratório DAS-1.*

DENOMINAÇÃO	***NÚMERO DE CARGOS***	***PADRÃO***
OUVIDOR-GERAL	*01*	*DAS-1*

.....

Art. 5º. Fica modificado o art. 3º da Lei Municipal 562/2003 que passará a viger com a seguinte redação:

Art. 3º*. Os cargos em comissão previstos por esta Lei, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, remunerados em conformidade com os valores constantes do Anexo II desta Lei, serão exercidos por ocupantes que detenham suficiente habilitação quando a área de atuação assim o exigir preencham os seguintes requisitos quanto à formação:*

I – Secretário Municipal: Ensino Médio Completo;

II – Controlador Interno: nível superior nas áreas das Ciências Contábeis, Economia, Direito, Administração, ou Tecnólogo em Gestão Pública;

III – Ouvidor-Geral: Custo Superior Completo, preferencialmente, com habilitação em Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Gestão Pública;

IV – Chefe de Gabinete: Ensino Médio Completo;

V – Assessor Jurídico do Gabinete do Prefeito: Curso Superior de Bacharel em Direito ou Ciências Jurídicas, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.

VI – Assessor de Imprensa do Gabinete do Prefeito: Ensino Médio Completo e Registro Profissional de Jornalista – MTB;

VII – Gerente Executivo: Ensino Médio Completo;

VIII – Secretário Executivo: Ensino Médio Completo;

IX – Assessor de Secretário: Ensino Médio Completo;

X – Diretor-Geral: Ensino Médio Completo;

XI – Diretor de Frota (transporte escolar e transporte de paciente): Ensino Médio Completo;

XII – Diretor de Departamento: Ensino Médio Completo;

XIII – Diretor de Escola: Curso Superior Completo; e

XIV – Diretor da Casa de Passagem: Ensino Médio Completo.

***§ 1º** É vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta ou indireta, ressalvado o disposto no § 5º do art. 11 da Lei Federal 8429/1992.*

***§ 2º** O cargo de Controlador Interno será exercido, necessariamente, por servidor municipal efeito e ativo, observados os requisitos, procedimentos e demais disposições estabelecidas no Lei Municipal 1.170/2020.*

***§ 3º** Os cargos de Conselheiro Tutelar e de Ouvidor-Geral do Município serão preenchidos, respectivamente, na forma das Leis Municipais 984/2015 e 1223/2021.*

***§ 4º** À fixação dos subsídios dos Secretários Municipais, por meio de Lei específica de Iniciativa da Câmara de Vereadores, salvo previsão expressa da Lei Orgânica Municipal em sentido contrário, na forma do art. 29, V, observado o disposto nos arts. 37, XI e 39, §4º, todos da*

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.

Constituição Federal, não se exigirá a anterioridade de legislatura, preferencialmente acompanhando a data base de recomposição dos demais servidores municipais.

Art. 6.º Fica revogado o §2º do art. 3º da Lei Municipal 562/2003.

Art. 7.º Fica incluído o art. 3º-A na Lei Municipal 562/2003, com a seguinte redação:

Art. 3º-A. *A estrutura funcional para o desempenho das atividades junto aos órgãos que integram a estrutura administrativa ora estabelecida, observará os seguintes níveis:*

I – Nível de Direção e Assessoramento Superior, representada por:

a) Cargo de assessor técnico Jurídico do Gabinete, símbolo DAS-1;

b) Cargo de Controlador Interno, símbolo DAS-2;

c) Cargo de Ouvidor-Geral do Município, símbolo DAS-3;

d) Cargo de Chefia de Gabinete, símbolo DAS-3;

e) Função Gratificada de Assessoramento Superior, símbolo FG-1;

II – Nível de Gerência, Direção e Assessoramento, representada por:

a) Cargo de Gerência Executiva, símbolo C-1;

b) Cargo de Assessor de Comunicação, símbolo C-2;

c) Cargo de Diretor-Geral de Departamento, símbolo C-3;

d) Cargo de Diretor de Frota e Transportes Escolar, símbolo C-3;

e) Cargo de Direito de Frota e Transporte de Pacientes, símbolo C-3;

e) Função Gratificada de Gerência Executiva, símbolo FG-2;

f) Função Gratificada de Direção-Geral de Departamento, símbolo FG-3

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.

III – Nível de Direção e Assessoramento, representada por:

a) Cargo de Diretor de Departamento, símbolo C-4;

b) Cargo de Secretário Executivo, símbolo C-4;

c) Cargo de Assessor de Secretário, símbolo C-4;

d) Função Gratificada de Direção de Departamento, símbolo FG-4; e

e) Função Gratificada de Assessoramento, símbolo FG-5.

***§ 1º** Dentre as funções de confiança, havendo previsão legal, optará a Administração por investir o(a) servidor(a) efetivo(s) no cargo em comissão ou atribuir-lhe a função gratificada.*

***§ 2º** A concessão das funções gratificadas previstas nesta Lei, impede a nomeação de servidor por meio de cargo de provimento em comissão para a execução da mesma função.*

***§ 3º** É vedada, em qualquer hipótese, a concessão de qualquer das funções gratificadas previstas na presente lei se ultrapassados os limites previstos no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.*

Art. 8.º Fica modificado o art. 4º da Lei Municipal 562/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 4º.** Os servidores públicos efetivos poderão ser nomeados para o exercício de cargo em comissão ou de função gratificada, sendo que ambos os casos são de livre nomeação ou designação e exoneração ou destruição pelo Chefe do Poder Executivo.*

***Parágrafo único.** A concessão de cargo em comissão ou de função gratificada aos servidores efetivos não gera direitos de incorporação aos seus vencimentos, para todos os efeitos legais, inclusive aposentadoria e/ou pensão.*

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.

Art. 9.º Ficam inseridos os art. 4º-A e 4º-B na Lei Municipal 562/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> ***Art. 4º-A.*** *O(a) servidor(a) efetivo(a) designado(a) para exercer função gratificada, a título de gratificação, fará jus ao acréscimo percentual sobre sua remuneração, conforme estabelecido no Anexo III desta Lei.*
>
> ***§ 1º*** *A base de cálculo para a incidência do percentual previsto pelo exercício de Função Gratificada incidirá sobre o salário base do servidor.*
>
> ***§ 2º*** *A remuneração do servidor efetivo acrescida do percentual pelo exercício de Função Gratificada não poderá ultrapassar o subsídio estabelecido para os Secretários Municipais.*
>
> ***Art. 4º-B.*** *Para todos os efeitos leais, a remuneração dos cargos de provimento em comissão e os percentuais estabelecidos pelo exercício de função gratificada, previstos nesta lei, somente poderão ser alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data base e sem distinção de índices.*
>
> ***Parágrafo único.*** *À remuneração dos cargos previstos nesta Lei se aplicam o disposto nos incisos X e XI do art. 37 da Constituição Federal e nos incisos X e XI da Constituição do Estado do Paraná.*

Art. 10. Ficam modificados os Anexos I, II e III na Lei Municipal 562/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I
SECRETARIADO

QTDE	***CARGO***
01	*Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação.*
01	*Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Emprego*

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.

01	Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras e Infraestrutura
01	Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Abastecimento
01	Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Assistência, Cidadania e Inclusão
01	Secretário Municipal de Educação e Desenvolvimento para o Futuro
01	Secretário Municipal de Desenvolvimento Comunitário; Cultura, Esporte e Turismo
01	Secretário Municipal de Desenvolvimento Ambiental, Conservação e Sustentabilidade Secretário Municipal de Esporte e Lazer
01	Secretário Municipal de Desenvolvimento em Saúde e Bem-Estar

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO

CARGO	**SÍMBOLO**	QUANTIDADE
Assessor Jurídico do Gabinete do Prefeito.	DAS-1	02
Controlador Interno	DAS-2	01
Chefe de Gabinete	DAS-3	01
Ouvidor-Geral	DAS-3	01
Gerente Executivo	C-1	08
Assessor de Imprensa do Gabinete do Prefeito	C-2	01
Diretor-Geral de Departamento	C-3	09
Diretor de Frota e Transporte Escolar	C-3	01
Diretor de Frota e Transporte de Passageiros	C-3	01
Diretor de Departamento	C-4	34
Diretor da Casa de Passagem	C-4	02
Secretário Executivo	C-4	02
Assessor de Secretário	C-4	09

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.

ANEXO III
FUNÇÕES GRATIFICADAS

CARGO	SÍMBOLO
Função Gratificada de Assessoramento Superior	FG-1
Função Gratificada de Gerência Executiva	FG-2
Função Gratificada de Direção-Geral de Departamento	FG-3
Função Gratificada de Direção de Departamento	FG-4
Função Gratificada de Assessoramento	FG-5

Art. 11. Ficam incluído os Anexos III-A e III-B na Lei Municipal 562/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III-A
NÍVEIS REMUNERATÓRIOS CARGOS EM COMISSÃO

NÍVEL	REMUNERAÇÃO
DAS-1	R$ 14.737,33
DAS-2	R$ 9.210,82
DAS-3	R$ 7.368,65
C-1	R$ 7.368,65
C-2	R$ 5.526,47
C-3	R$ 4.641,57
C-4	R$ 3.570,54

Atualizados até dezembro de 2024

ANEXO III-B
NÍVEIS REMUNERATÓRIOS FUNÇÕES GRATIFICADAS

NÍVEL	REMUNERAÇÃO
FG-1	100%
FG-2	80%
FG-3	65%
FG-4	50%
FG-5	35%

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, em 10 de março de 2025.

Gabinete do Prefeito,

José Ribeiro de Moura

Prefeito Municipal

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Estado do Paraná
Rua José de Sá Ribas, 238 • Centro •
CNPJ: 76.002.674/0001-97 Telefones: (41)3 623-1231 •
E-mail: prefeitura@quitandinha.pr.gov.br Home page: www.quitandinha.pr.gov.br

TERMO DE ESTIMATIVA DE IMPACTO
ORÇAMENTARIO FINANCEIRO
Projetos Nº 08/2025 e 09/2025

O Município de Quitandinha/Pr em cumprimento ao disposto no art. 21 c/c art. 16 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, estima, conforme o disposto abaixo, o Impacto Orçamentário e Financeiro.

ATO: PROJETO DE LEI 08, DE 10 DE MARÇO DE 2025, que em Sumula: ***"Dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Publica Municipal de Quitandinha e da outras providencias".***
E ATO: PROJETO DE LEI 09, DE 10 DE MARÇO DE 2025, que em sumula: ***Dispõe sobre o quadro de pessoal e a responsabilização de agentes públicos da Administração Publica Municipal de Quitandinha e da outras providencias"***

Impacto	2025	2026 e 2027
Orçamentário	O Impacto se revela pelo aumento da verba orçamentária especifica, de R$ 81.625,49 mensais e de R$ 734.629,41 anual aumento total com encargos, recursos estes que advirão do crédito do orçamento exercício 2025.	O Impacto se revela pelo aumento da verba orçamentária especifica, recursos estes que deverão ser incluídos na programação Orçamentária dos próximos exercícios 2026, 2027.
Financeiro	O impacto financeiro se revela pelo desembolso financeiro durante o exercício de 2025, e para os próximos exercícios de 2026 e 2027, impacto perfeitamente suportável.	
Pessoal	O aumento de R 734.629,41 anual, não implica em extrapolação dos limites com pessoal, pois o aumento tem impacto mínimo no percentual em relação a RCL - Receita Corrente Liquida, sendo que o gasto com pessoal base Dez/2024, representa 47,29% da RCL, **com o presente projeto e os demais impactos chegaria a 50,18%** no final do exercício 2025, conforme projeção.	

RCL - Receita Corrente Liquida base 31/12/2023. R$ 80.262.843,89
RCL - Receita Corrente Liquida base 31/12/2024. R$ 90.397.624,20
Gasto com pessoal Dez/2024 42.750.995,21 % sobre a RCL 47,29%%.
RCL projetada para 2025 R$ 97.629.434,14
Incremento reposição Impacto nº 2 - 3.206.324,64
Incremento cargos Impacto projeto n ° 7- 2.308.105,38
Incremento Estrutura Impacto projeto n ° 8 e 9 - 734.629,41
Gasto com pessoal Estimado para 2025 - R$ 49.000.0564,64 % sobre **RCL 50,18%**.
OBS: desconsiderando o impacto n ° 01/2025.

Quitandinha, 10 de Março de 2025.

RICARDO CASAGRANDE
Contador CRC 31766/O-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Estado do Paraná
Rua José de Sá Ribas, 238 • Centro •
CNPJ: 76.002.674/0001-97 Telefones: (41)3 623-1231 •
E-mail: prefeitura@quitandinha.pr.gov.br Home page: www.quitandinha.pr.gov.br

DECLARAÇÃO
(Art. 16, II da LC 101/00)

Projetos nº 08/2025 e 09/2025

Declaro para todos os fins e direitos admitidos e especialmente os fins do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, Que os valores ATO: PROJETO DE LEI 08, DE 10 DE MARÇO DE 2025, que em Sumula: ***"Dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Publica Municipal de Quitandinha e da outras providencias"*** e ATO: PROJETO DE LEI 09, DE 10 DE MARÇO DE 2025, que em sumula: ***Dispõe sobre o quadro de pessoal e a responsabilização de agentes públicos da Administração Publica Municipal de Quitandinha e da outras providencias"*** tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias vigentes.

Quitandinha, 10 de Março de 2025.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

RICARDO CASAGRANDE
Contador CRC 31766/O-1

Inserido por Thaline Emanuele Kusdra em: 10/03/2025 15:39:25.